



MUSEU DO ÍNDIO

MUSEU AO VIVO

ANO V

nº 11



Janeiro a Maio / 94

Museu do Índio: 40 anos divulgando a questão indígena (pág. 4)



Foto: Jackson Viana (Goncalves)

Índios Tremembé de Almofala (CE)

**Entrevista com
Agostinho Felix Jacinto,
Tuxaua do grupo Tremembé
de Almofala (CE)**

(pág. 3)

Os Tremembé de Almofala pertencem a um dos primeiros povos indígenas do território brasileiro que tiveram contato com os europeus. Cerca de três mil índios vivem numa área de 4.900 hectares, no município de Itarema (CE), em processo de regularização. Hoje, os Tremembé moram em casas de palha e de taipa, vestindo-se como os demais habitantes não índios das localidades vizinhas. Entretanto, eles mantêm características e formas próprias de organização social. Como exemplos de expressões de sua cultura, a pesca, enquanto atividade básica de subsistência, e o artesanato constituído de objetos utilitários. Destaque para a dança *Torém*, realizada com mais frequência na época da colheita de caju, sempre acompanhada do *mocororó* (vinho de caju fermentado).

**Pesquisa Indígena:
Índios Guarani
à beira do asfalto**

(pág. 4)



Famílias Guarani morando na Cidade de Terra de Areia, no Rio Grande do Sul, entre o asfalto e a lagoa

Foto: Aulo de Almeida

Editorial

Caminho certo

O Museu do Índio chegou ao fim de 1993 com um saldo positivo, apesar da carência de recursos, de pessoal e das dificuldades relativas ao espaço para realização de suas exposições e de outras atividades culturais e técnicas.

Depois de dois anos sem visitação, desde setembro o Museu voltou a integrar o cenário cultural da cidade, oferecendo ao público mostras temporárias, atividades educativas para estudantes de 1ª grau e outros eventos, mantendo um fluxo constante de visitantes, que vem aumentando a cada mês.

Em dezembro, comemoramos o 40º aniversário da instituição com um dia inteiro de atividades que contemplaram toda a variedade

de nosso público: estudantes, pesquisadores, turistas, etc., de forma que entramos em 1994 com a certeza de que estamos no caminho certo para a construção de um novo Museu.

Com o apoio da FUNAI, realizamos a recuperação dos prédios anexos, adequando-os para abrigar nossas reservas técnicas, adquirimos uma nova máquina leitora-copiadora de microfiches e equipamento apropriado ao acondicionamento de todo o acervo fotográfico. Buscamos, ainda, já sob iniciativa privada, recursos para a melhoria de nossas instalações, a fim de que possamos oferecer uma prestação de serviço ao público de melhor qualidade.

Por tudo isso, esse novo ano nos parece promissor. É um ano de grandes mudanças

que, esperamos, sejam boas para o Museu do Índio, mas que também nos causam apreensão. É o ano da Revisão Constitucional, quando pretende-se modificar vários aspectos da Carta de 1988, afetando o conjunto da sociedade brasileira. Mas ainda, setores conservadores buscam nessa oportunidade eliminar os direitos dos povos indígenas, conquistados historicamente e a partir da mobilização dos próprios índios e de segmentos com eles comprometidos. É preciso estar alerta e sobretudo participar deste momento. O Museu do Índio cumpre seu papel de sensibilizar e informar à população frisando que os 180 povos indígenas que habitam o território brasileiro têm, necessariamente, que ter garantidas suas terras e toda a assistência que reivindicam. Trata-se do de-

reito de preservar sua vida, não só como seres humanos, mas como sociedades distintas, sendo feita a sua cultura e mantendo sua integridade, sua peculiaridade construída ao longo de séculos. Para tanto, é fundamental que não seja alterado o capítulo referente aos índios que consta na nossa Constituição. O respeito aos povos indígenas é atributo de uma sociedade moderna e digna, com vistas ao futuro. É dever, um ponto de honra, um motivo de orgulho para uma sociedade verdadeiramente democrática.

Jussara V. Gomes
Diretora do Museu do Índio

Em Foco

Homenagem a Lamônica

O mais antigo funcionário em atividade na Fundação Nacional do Índio — Funai, João Domingos Lamônica, recebeu, no Museu do Índio, em novembro passado, a Medalha de Honra ao Mérito Indigenista. Com 73 anos, 80 dias dedicados à fotografia, o amigo de Rondon, hoje, é chefe do Serviço de Registro Audiovisual desse Museu.

A fotografia foi uma das formas encontradas por Rondon, à época das expedições de desbravamento do interior do Brasil e instalação de linhas telegráficas (1890-1915), para revelar a diversidade cultural dos povos indígenas. Lamônica, especialista em



Lamônica (ao centro)

naturação e reprodução, que a pedido do Patrono da Comunicação, Marshal Rondon, montou, em 1943, o laboratório do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, órgão

anterior à FUNAI, voltado para a memória dos primeiros contatos com os grupos indígenas, através do Laboratório Fotográfico do Museu do Índio.

Foto: Cláudio Marinho

Opinião

Índio, democracia e revisão constitucional

Diário Nobre de Madeira *

Uma reunião de efeitos devastadores para o índio brasileiro tomou forma no final de 1993 com o anúncio da revisão constitucional. Mais de 230 emendas foram apresentadas pelos parlamentares ao relator da revisão, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Pelo menos 95 por cento dessas emendas foram consideradas pelo FUNAI lesivas aos direitos dos índios, principalmente aquelas que pretendem impedir a demarcação de terras indígenas na faixa de fronteira e a revisão de todas as áreas indígenas já demarcadas.

Desde então, a FUNAI mantém-se alerta aos desdobramentos do processo de revisão constitucional, visando deputados e senadores, inclusive o próprio deputado Nelson Jobim, e manifestando sua posição favorável à manutenção do texto do Capítulo dos Índios, na Constituição Federal, por representar um grande avanço para as comunidades indígenas brasileiras. Afinal, pela primeira vez na história brasileira, os legisladores abraçaram a concepção integracionista colonializadora, proposta durante anos pelos governos federais, adotando uma posição de respeito à diversidade étnica e cultural.

O artigo 231 da Constituição Federal, em seu caput, reconhece a organização social, costumes, crenças e tradições dos índios, bem como seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, devendo a União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens. A intocabilidade de tais direitos representa a garantia de sobrevivência física e cultural dos 180 povos existentes no País.

Em meados de março, a primeira versão do parecer do sub-relator Fábio Feldman (PSDB-SP) às propostas revisionais apresentadas ao Capítulo dos Índios foi concluída. No documento, Feldman rejeita todas as propostas de emendas, com exceção apenas referente aos recursos para a conclusão da demarcação das terras indígenas, determinando ao Executivo emitir, no prazo de 180 dias, parecer definitivo sobre os recursos a serem utilizados para tal fim. A mesma emenda determina que os recursos atuais concernentes à execução dessa determinação constitucional deverão constar da Lei Orçamentária Anual.

O parecer, mesmo em sua versão preliminar, pode ser considerado positivo, já que mantém a integridade do texto constitucional, não cedendo aos interesses contrários aos direitos indígenas e, ainda, determinando que seja concluída a demarcação de todas as áreas indígenas. A vitória nessa primeira batalha não significa que os direitos das comunidades indígenas estão salvos. Restará aguardar o parecer final do relator Nelson Jobim, que - espero-se - deve manter-se na mesma linha da primeira versão.

As garantias constitucionais conferidas aos índios brasileiros representam não apenas o respeito à singularidade cultural desses povos, mas, fundamentalmente, a perspectiva de um futuro mais tolerante e justo para o Brasil. Afinal, a tolerância é o instrumento de democracia.

* Diário Nobre de Madeira é presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Expediente

Journal Museu ao Vivo - nº 11 - Ano V - Janeiro a Maio/94

Editorial pela Comunicação Social
Museu do Índio
Fundação Nacional do Índio
Presidente da Funai
Diário Nobre de Madeira
Diretor do Museu do Índio
Jussara Viana Gomes
Chefe de Serviço Administrativo
Rosilene Anacleto Silva

Jornalista
Cristina de Jesus Bonfatti (Brennini),
reg. prof. 18.870
Conselheira Técnico
Arlene Nazareth de Almeida
(Antropóloga)
Técnico de Laboratório
João Domingos Lamônica
Mala-Correu
Mila Araújo
Distribuição gratuita

Trabalha: cinco mil exemplares
Apoio Cultural
Editora EXPRESSÃO E CULTURA -
Esped. Ltda.
Museu do Índio
Rua dos Palmeiros, 96
Bela Vista
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22270-070
Tele: (021) 296-2007 e 296-8896
Telefax: (021) 296-0945
Telex: 37091

NV não se responsabiliza por conteúdos emitidos em reuniões realizadas em entrevistas.

Entrevista

Agostinho Felix Jacinto *

1 - Em 1992, um grupo indígena, criado pelo então presidente da FUNAI, esteve em Almofofa para identificar e delimitar a Área Tremembé com, aproximadamente, 4.900 hectares. Qual a situação atual do processo de regularização dessas terras?

AJ - "Hoje a gente está achando que esse trabalho de demarcação da nossa terra de Almofofa/Varjota está parado. A equipe da FUNAI que fez os levantamentos para delimitação, combinado com nós, acredita que são 4.900 hectares. Mas a terra do Aldeamento não é só essa. São quatro léguas de terra. Mas, por enquanto, nós, Tremembé, queremos que pelo menos façam a demarcação desse pequeno pedaço para ver se nós temos sossego. O processo chegou até às mãos do Ministro da Justiça e voltou para trás."

Uma firma de extração de coco que ocupa grande parte da nossa terra entrou com Ação Civil pública com nós e a justiça deu um parecer no processo — era limitar que acabou com todo o nosso trabalho. Nós estamos sofrendo muito com essa situação e a gente não está vendo mais o resultado do trabalho que foi feito pela FUNAI.

O processo Constituição para declarar as terras indígenas em 1988 e o dia 5 de outubro de 1993. Agora ainda tem essa Revisão e a gente não sabe como vai ficar."

2 - Como é o relacionamento entre os índios Tremembé e os habitantes não-índios das localidades vizinhas?

AJ - "A gente não pode nem se comunicar com esse povo, isso precisa a gente se sentar, discutir, ver como as coisas podem ser. Ninguém está querendo tomar nada de ninguém. A proposta da FUNAI é de que todos os posseiros vão ser indenizados — ninguém vai perder nada. Mas uns posseiros têm na cabeça que todos eles vão perder o que têm. Então muito longe de entender o trabalho que estamos fazendo. A gente não pode se comunicar com esse povo. Propõem até indenizações para nós. Querem agrário, uma situação muito grosseira. Os mais miseráveis são os mais grosseiros — às vezes, não têm nem um pedaço de terra para sobreviverem. Muitos deles são índios também. Mas não querem ser, apesar de serem da mesma descendência."

A gente vê muita ameaça. A Firma Ducoco cerca todos os caminhos para nós não andarmos. Beta vigia, pistoleiro, para a gente não passar perdendo. E a gente vive num beco sem saída porque aquele povo está atacando a gente, perseguindo. E

ameaça de todos os jeitos. Até carne não está podendo entrar na nossa terra. Tem que ter um canceleiro para controlar a entrada com rádio. Como se vai tapar uma estrada? Não passa carne nem animal. A situação está grande."

Na praia, o conflito também é grande. Já teve ameaça que foi atacado: o filho legítimo de índio velho. Há três de nós que estão ameaçados: o Cacique Vicente Viana, a Zeza, uma chefe do Toróe e o João Venâncio. E ainda têm os posseiros que fazem de tudo pra botar na cabeça do povo índio para desistir da luta e sair da terra. São os índios que tiram os próprios índios para sair da luta da terra."

3 - Quais os grupos que apoiam a luta dos Tremembé em Almofofa?

AJ - "Têm vários deputados que nos apoiam. Uma parte só. A gente tem se encontrado. Pelo menos Inácio Arruda, Mário Mamede, Dr. Inácio Almeida, presidente da Comissão dos Direitos Humanos da OAB (CE); o grupo missionário da Missão Tremembé; Dr. Pinheiro, do CEIRA; Dom Alcides e Dom Benedito, de Itapococa. Têm pessoas, amigos, artistas e outros índios. Tem gente do Governo que apoia, ajuda. Mas a grande maioria é contra nós. Nós vemos que o Governo tem dinheiro para muitas coisas como jogo, carnaval, mas para o sossego do povo não aparece dinheiro. Se nós trousemos condição, nós mesmos resolvemos tudo. Não fazemos nada dessas coisas."

4 - Como é o Toróe e qual a sua importância para o povo Tremembé?

AJ - "A gente vem trazendo essa cultura de tempos atrás, das nossas antepassadas. É o idioma, a língua do índio, é a nossa língua que sai ao canto. É um alerta. Serve para nós nos comunicarmos, é um alerta, uma união. Nós nos unimos e nos matamos."

Nós só somos reconhecidos como indígenas por causa do nosso Toróe. Foram nossos antepassados que deixaram de herança para nós, Tremembé."

A luta da terra é ajudada pelo Toróe. A nossa dança do Toróe faz parte da terra. E a nossa terra faz parte do Toróe."

A castiga do Toróe é criada pelos índios. Quando eles vian um bródo, um objeto, eles levavam uma castiga: a japará, a covassá (coba) e o oje (covassá). Tudo é castiga dos antigos. Ai ficou a cultura para nós."



Foto: Fernando Caputo

Apesar de todos os sofrimentos e discriminação, nós somos um povo que sempre foi seguro de sua resistência. Nós, hoje, ainda temos a garantia do nosso idioma, da nossa língua, do nosso canto. Nós lutamos, nós enfrentamos dificuldades, ameaças de morte, mas não deixamos de dançar o Toróe."

Somos daqui do Aldeamento de Varjota, de Almofofa. Temos que lutar por uma coisa que nós temos direito. O que é da gente, o que é nosso, nós temos de segurar, batalhar."

Nós temos certeza e garantia de que vamos ser a vitória por certo!"

* Agostinho Jacinto é Tuxáia do grupo indígena Tremembé de Almofofa (CE).

Um chá bem brasileiro

Conta a história que o chá, uma infusão feita das folhas de uma planta indígena, foi preparado pela primeira vez há três mil anos. Foi quem tem tanta idade, o chá está mais atual do que nunca. Adequado ao estilo de vida naturalista, beber o chá é hoje uma atitude inteligente. Ao chegar ao Brasil, a bebida passou pelo Oriente, indo do Japão à Índia e de lá para a Inglaterra. Conquistou o paladar ocidental. Por aqui, são chamadas de chá todas as misturas de água fervida com plantas, frutas, raízes e folhas. Mas sucesso mesmo quem faz são as ervas, em especial uma delas: a erva-mate.

Quem primeiro descobriu as delícias do mate foram os índios Guaraní. Acostumados a usufruir da natureza como fonte de alimentação e vida, os índios atribuíam à erva poderes curativos e acreditavam no líquido como revesador das forças. E, exatamente como acreditavam esses primeiros consumidores de erva-mate, o chá mate é de fato um excelente revigorante. Rico em sais minerais (cálcio, ferro, magnésio, sódio, potássio e outros) e vitaminas (B, C, D e E), o chá de erva-mate dá mais a sensação de fome e é digestivo e diurético, sendo indicado para diarreia, o chá de erva-mate também provoca a vasodilatação, sendo muito

bem para pessoas com problemas de pressão alta. Quem acha que o chá mate é calmante, está redondamente enganado. Estimulante, e não bem. O consumo frequente amplia a capacidade respiratória, ajuda no combate à ansiedade e à depressão. Hoje em dia o mate é consumido em larga escala, sendo o LEÃO JUNIOR a principal produtora e líder no mercado com a marca MATTE LEÃO.

A erva-mate pode ser consumida verde (na forma de chimarrão) ou tostada (como chá quente ou gelado). Na LEÃO JUNIOR, os cuidados com o produto começam com o cultivo da erva, planta nativa da região Sul do país que cresce associada aos pinheiros do Paraná, as chamadas *Arundinaria angustifolia*. A tecnologia entra em cena na fábrica da empresa, onde a erva-mate serve de matéria-prima para diferentes variedades de chá: a grande, solável, mix, em saquinhos (tea bag) e ainda em copinhos, prontos para beber. Hoje, MATTE LEÃO é sinônimo do mate brasileiro dos chás, firmemente descoberto pelos índios, como grande a erva-mate como uma das delícias da nossa terra.



Informes MI

- * A Biblioteca Marechal Rondon do Museu do Índio, especializada em Etnologia Indígena, volta a funcionar, atendendo ao público interessado em pesquisas sobre os povos indígenas brasileiros. A Biblioteca pode ser visitada, de 12 às 17h00min, de segunda a sexta-feira.
- * Já está em funcionamento o laboratório de restauração do Museu do Índio, que recuperará o acervo danificado da instituição.
- * Concluído, em fevereiro último, pelo Setor de Estudos e Pesquisas do Museu do Índio, o levantamento documental e bibliográfico do grupo indígena Guaraní do Itomí (RJ, SP e ES).
- * Durante a comemoração dos 40 anos do Museu do Índio, a loja de artesanato ArtÍndia inaugurou seu novo espaço 0600 dos prédios anexos do Museu.
- * Em março deste ano, a Coordenadoria de Artesanato — Coart da FUNAI, em Brasília, doou ao Museu do Índio 2.424 slides, 796 negativos e 35 ampliações, contribuindo para enriquecer o acervo audiovisual da instituição.

Pesquisa Indígena

À beira do caminho

Na BR-301, ao trecho entre Osório e Torres, no Rio Grande do Sul, o viajante que passa pela pequena Cidade de Term de Arica vê-se fascinado pela paisagem do complexo de lagos que margeiam o Itaipá até Torres, de um lado, e pelo início da Serra do Mar, de outro. Em uma das muitas curvas dessa estrada, passa desaparecido um pequeno barquinho junto ao acostamento, que desce até a lagoa, escondido atrás de arbustos. Adiante a placa marca o quilômetro 37. Nesse ponto, à margem da estrada, alheio ao movimento e invisível aos olhos dos viajantes, estão três famílias Guaraní. Um pequeno grupo que busca, entre o asfalto e a lagoa, cumprir o seu destino, comprar uma aldeia próxima ao mar.

Nesse acampamento, conhecido como Três Forquilhas, fomos recebidos por um senhor franzoso, corito e comedido, hesitante no português. Confiante e carregado em seus objetivos, busca explicar em Guaraní sua missão: encontrar uma terra para seu grupo. Opta pelo Guaraní e explica: seu nome é Perami, líder religioso que, um sonho, viu um lugar para seu povo. Na Argentina, lidera 37 famílias e como atributo de seu status religioso, sai em busca de terra. Não qualquer terra, mas a que viu no sonho, próxima ao mar, com boa água, mata, animais e onde se possa ver o mar e manter-se distante dos não-Guarani. Nesse lugar, Perami e seu grupo vão formar sua aldeia, sua aldeia, onde lhe caberá buscar inspiração divina para orientar seu grupo no cumprimento das regras capazes de levar-lhes além-mar, à Terra Sem Mal, possível apenas onde as plantas crescem sozinhas, não há trabalho, nem regras de casamento e o homem é imortal. Onde cada um termina-se em Guaraní pleno. Essa terra está depois do mar e é de lhe dá força.

Perami é uma das muitas lideranças Guaraní que hoje, no Rio Grande do Sul, formam acampamentos à beira das estradas na expectativa de um território próprio. Há outras aldeias por perto, nelas moram muitos parentes, mas cada Casa (grande rezador) tem seu grupo e é impossível juntá-los. Com um movimento silencioso e quase imperceptível, vão rumando ao Itaipá, ocupando espaços de forma pacífica e tranquila, entendendo esse processo como uma questão de tempo.

Na beira do asfalto, não têm o que fazer (ouça de rezar), sendo quase impossível rezar, plantar, buscar ervas para os remédios, viver segundo o que

chamam "seu sistema". É um parentesco no tempo, uma pausa no caminho. Ainda, assim, sob cobertores de lã e plástico, Perami e sua família realizam a cultura de seu povo. Longe de estarem dogmáticos, acostumados na estrada, são pioneiros. Buscam um lugar para viver e ser Guaraní. Perami contou-nos sua trajetória imbuída com a de seu povo. Rememora-se às missões jesuítas e à concepção de que o "paraíso" está depois do mar. Reafirmou o compromisso com os deuses e descobriu de forma detalhada a geografia Guaraní, o incessante vasculhar do mundo, de buscar seu lugar reservado pelos deuses. Mas como viverá nessa paisagem? Buscam relações amistosas com os vizinhos, pois em seus termos colhem a madeira, matéria-prima de seu artesanato. Produzem 10 a 12 cestos por semana e os vendem aos turistas em Torres. Obtem, assim, recursos para comprar aquilo que não podem plantar, como milho, feijão, ervas-mate, mandioca, e aquilo de que já precisam: açúcar, café, pilhas, etc. Por vezes, arrumam serviço aos sílios vizinhos. Pegam água no rio próximo e, sistematicamente, visitam uma parente em outros acampamentos e aldeias.

Perami e seu grupo, ainda como a maioria dos Guaraní que estão hoje no Rio Grande do Sul, compõem a parcialidade Mbyá que ocupam, ainda, áreas em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Guardam diferenças linguísticas e culturais com as demais parcialidades Guaraní no Brasil, os Nandeva e os Kaiowá, estas majoritárias no Mato Grosso do Sul. Os Guaraní ocupam ainda territórios na Argentina, Paraguai e Bolívia.

O acampamento de Três Forquilhas, assim como de Capivari, também no Rio Grande do Sul, tiveram formalizadas propostas de área por Grupo de Trabalho instituído pela FUNAI com a participação de seus técnicos, além de um representante do governo do Estado do Rio Grande do Sul e da ONG Projeto Mbyá-Guarani. Além da proposta de área para esses grupos acampados, o GT propôs a ampliação das áreas Cantagalo, em Viçosa, e Barral do Ouro, em Maquiné.

* Arlindo de Almeida é antropólogo do Museu do Índio, sendo coordenador os trabalhos de Identificação e Delimitação das Áreas Guaraní de Cantagalo, Barral do Ouro, Três Forquilhas e Capivari.

40 anos do Museu do Índio



Atividade de pintura facial indígena durante o evento

Mais de 200 pessoas participaram da comemoração do 40º aniversário do Museu do Índio em dezembro passado. Desde a sua fundação, a instituição vem cumprindo sua dupla missão de, por um lado, registrar e estudar importantes culturas americanas e, por outro, divulgar tanto ao público a causa indígena. Pesquisas realizadas junto a 180 diferentes povos indígenas firmaram em dos mais importantes acervos de América Latina.

Enquanto espaço cultural vinculado à Cidade do Rio, o Museu do Índio promoveu, na ocasião, exposições de artesanato, fotos e grafismo indígena; exibição de vídeos sobre temática indígena palestrando de Marcos Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, sobre o indigenista e etnógrafo Curt Nimuendajú; tarde cultural para o público infantil, além de depoimento da liderança Guaraní do Rio de Janeiro, Domingos Venete, sobre o processo de regularização de suas terras.

Agradecimentos

- * Antemania Produções Artísticas
- * Biscuits Nabisco
- * Casa do Índio - RJ
- * Colégio Irmãs Brasileiras "A. Lemos"
- * Embaixada do Canadá
- * Petanapor
- * Fundação Rio-Zoo
- * Gessolar
- * Grupo Catirando
- * Hebe Andrade
- * Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ
- * Irmãs Melharia
- * Kaichí Sato
- * Lielas Líneas do Nordeste S.A.
- * Lijador - Pempis Cabral Líquidos e Comestíveis Finos S.A.
- * Leite Júnior S.A. - Matê Leite
- * MK Processamentos de Dado Ltda.
- * Museu do Fôlocos
- * Museu Nacional - Departamento de Antropologia
- * Museu do Primeiro Reinado
- * Sintersef
- * Tintas Cost S.A.
- * Tashiko o Shizato
- * Zeca das Pipas

IMPRESSO